



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ASSESSORIA INSTITUCIONAL  
CONSELHO EDITORIAL**

**Ata da 4ª Reunião do Conselho Editorial do  
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

Aos 12 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às quinze horas, no Gabinete do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, situado no prédio do Tribunal de Justiça do Ceará, foi realizada a quarta reunião do Conselho Editorial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com a finalidade de serem tomadas decisões sobre questões da pauta, posteriormente especificada. Estavam presentes o Presidente do Conselho Editorial, Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes; os Conselheiros, Desembargador Carlos Alberto Mendes Forte, Desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda e o Dr. Francisco Luciano Lima Rodrigues, além da editora e Assessora Institucional, Sra. Lúcia Carvalho Cidrão. O Presidente do Conselho Editorial iniciou a reunião submetendo à apreciação dos demais membros a ata da reunião anterior, sendo esta aprovada em sua íntegra. Em seguida, o presidente submeteu à análise e à apreciação dos membros, os assuntos propostos como pauta desta reunião, a saber: I - Edição da obra *Teoria Geral do Direito Civil*, do grande jurista Clóvis Beviláqua; II – Formação de comissão para a elaboração da obra *Direito Vivo das Liminares do Judiciário Cearense de 1º e 2º grau*. Na ocasião, a Assessora Institucional apresentou uma pesquisa realizada pelo servidor lotado no Departamento Editorial e Gráfico, Edwilson Soares Freire, contendo um preâmbulo de publicação da obra *Teoria Geral do Direito*, com as seguintes informações: 01) A obra foi originalmente publicada em 1908. O texto não se encontra no site: [www.dominiopublico.gov.br](http://www.dominiopublico.gov.br); site que reúne todos os textos que já caíram em domínio público, após atingirem prazo máximo de publicação com direitos autorais resguardados por lei. A primeira edição do livro apareceu, de fato, em 1908, mas com a publicação do Código Civil, em 1916, as edições posteriores sofreram alterações consideráveis. Para acesso ao texto da primeira edição, o presidente do Conselho sugeriu uma

A. C.

pesquisa junto à Biblioteca Pública Menezes Pimentel, ao Instituto Histórico do Ceará, bem como à Biblioteca do Congresso para verificar a existência ou não de uma edição da época. Ficou acertado que a Assessora Institucional fará pesquisa na Biblioteca Pública, no Instituto Histórico, na Internet e o Dr. Luciano junto à Biblioteca do Congresso, para saber da possível existência de algum exemplar, devendo o mesmo ser escaneado e encaminhado ao TJCE. Determinou-se isso diante da necessidade de o Tribunal de Justiça possuir original da obra. Todavia, considerando as edições posteriores a 1916, a obra ainda tem seus direitos autorais reservados, em poder de terceiros, já que segundo se averiguou o autor vendeu os direitos ainda em vida. Foram expostos orçamentos da publicação e explicações sobre os exemplares do livro encontrados no Memorial do Tribunal. Os membros do Conselho decidem que, caso a obra *Teoria Geral do Direito* seja publicada, deve ser em *fac-simile*, introduzida por uma apresentação (como as obras do senado), sem sofrer alteração de qualquer espécie, tais como correção ortográfica ou notas de rodapé, para preservar o valor histórico da obra, servindo como objeto de culto. A desembargadora Sérgia ratifica o posicionamento dos demais membros, explicitando que se a obra for atualizada, perderá sua verdadeira essência. O desembargador Francisco Mendes informou que as duas netas de Clóvis Beviláqua, residentes no Rio de Janeiro, venderam ao advogado José Luiz Lira as cartas escritas pelo jurista para a escritora e esposa Amélia de Freitas Beviláqua. E que o mesmo lançou as missivas em forma de livro, intitulado *De Clóvis para Amélia* (Edição do Autor, 2011). Lira teria adquirido também um livro inédito, parece que de conteúdo não-jurídico. O Desembargador afirmou que seria necessário entrar em contato com o jornalista Cid Sabóia de Carvalho para interceder junto ao sr. José Luiz Lira solicitando sua contribuição no sentido de fornecer informações como endereço e telefone de contato com familiares do Jurista. Com a palavra, a Desembargadora Sérgia disse conhecer o sr. Lira, acrescentando que ele é professor do curso de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e integrante da Academia Brasileira de Hagiologia. Informou, ainda, que o conhece e que a Assessoria Institucional já dispõe dos contatos com as netas. Com palavra, a Assessora Institucional confirmou já possuir endereço e telefones para contatos. Informou, ainda, que os restos mortais do jurista estão no Cemitério do Caju – Rio de Janeiro. Entretanto, as descendentes exigiram uma pensão vitalícia no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada uma pelo traslado dos restos mortais do jurista para o Mausoléu que será construído no Centro Cultural, em homenagem à Clóvis Beviláqua; II – Formação de Comissão para a obra *Direito Vivo das Liminares no Judiciário Cearense de 1º e 2º grau*. A proposta contempla a elaboração de coletâneas sobre liminares do Poder Judiciário, devendo-se formar uma comissão com membros do 1º e 2º grau para se estabelecer critérios de seleção do material e posterior publicação. Foram escolhidos como representantes do 1º Grau os magistrados Francisco Luciano Lima Rodrigues e Mantovanni Colares Cavalcante. Na oportunidade, o dr. Luciano questionou se seria necessário um magistrado da área

A. E

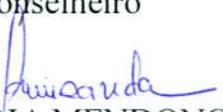
Cível, para também compor a comissão. Os membros decidiram que não haverá necessidade, uma vez que os trabalhos, após selecionados, serão unificados. Foram escolhidos o Desembargador Carlos Alberto Mendes Forte e a Desembargadora Sérgia Mendonça Miranda para serem membros do 2º grau, sendo a desembargadora designada para coordenar os trabalhos. Com a palavra, o presidente do Conselho mencionou que deveria ser feita uma seleção dos trabalhos dos magistrados de 1º e 2º grau e, depois, unificados, incluindo também material das Câmaras Reunidas, devendo os magistrados serem oficiados, para encaminharem as liminares mais importantes. Os membros constataram a necessidade de indicar servidores para dar suporte ao trabalho, catalogando, por exemplo, o material coletado. Esse material deverá ser enviado em CD-ROM. O Dr. Luciano ficou de providenciar uma minuta do Ofício Circular e encaminhá-la à Assessora Institucional, para ser aposto o timbre da Editora do TJ-CE, bem como colher assinatura do presidente do Conselho e enviar o Ofício aos destinatários. Será um trabalho de pesquisa, ficando os magistrados responsáveis por enviar o material para o seguinte e-mail: [editora@tjce.jus.br](mailto:editora@tjce.jus.br). Nessa caixa postal deverão ser reunidos todos os arquivos para, após seleção, ser providenciada a devida publicação. A desembargadora Sérgia sugeriu também a indicação, divulgados os nomes via Intranet, de duas pessoas que deverão fazer pesquisas internas, pela Internet. Na oportunidade, o Desembargador Mendes sugeriu convocar uma digitadora lotada na Secretaria Judiciária, sra. Fabiana Banhos Coelho, para fazer pesquisas na Internet e catalogar o material, bem como o nome do servidor Francisco Hudson Pereira Rodrigues, lotado na Comissão Permanente de Jurisprudência, com vasta experiência nesse tipo de trabalho. A Desembargadora Sérgia solicitou uma reunião após o recesso, apenas com os membros, para traçarem um plano operacional para o Conselho. Ficou acordado que esta reunião deverá acontecer após o dia 10 de janeiro. O Dr. Luciano sugeriu a participação da ESMEC, na pessoa do Dr. Emílio de Medeiros Viana, juiz auxiliar da Escola da Magistratura, para colaborar com a Comissão, indicando também servidores para somar esforços nesse sentido. Por fim, ficou acertado que a próxima reunião ordinária do Conselho Editorial será agendada após se reunir os elementos necessários para a formação da Comissão ou caso apareçam novos elementos sobre o livro *Teoria Geral do Direito*. Sem mais a tratar, eu, Lucia (Lúcia Carvalho Cidrão), lavro esta ata que será aprovada em reunião de 12 / 03 / 2012 e vai assinada por mim e pelos demais presentes.

  
DES. FRANCISCO DE ASSIS FILGUEIRA MENDES  
Presidente do Conselho Editorial

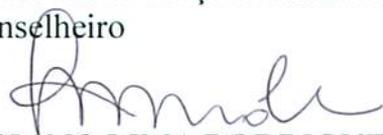
f. e



DES. CARLOS ALBERTO MENDES FORTE  
Conselheiro



DESA. SÉRGIA MARIA MENDONÇA MIRANDA  
Conselheiro



DR. FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES  
Conselheiro